

Morfologia Distribuída: formação de palavras na sintaxe

Ana Paula Scher

Antes de começar esta apresentação do modelo da Morfologia Distribuída,¹ doravante MD, é preciso apontar que existem muito poucas semelhanças entre ele e os modelos tradicionais para o tratamento da morfologia das línguas naturais. A noção de “palavra”, por exemplo, percebida como um epifenômeno em MD, mas como um objeto resultante de processos morfológicos realizados em um componente lexical, em modelos lexicalistas, talvez reflita com mais intensidade essas diferenças. Ao longo deste capítulo, verificaremos que, na realidade, as semelhanças entre uma teoria sintática para dar conta da formação de sentenças e uma teoria não lexicalista, como a MD, para dar conta da formação de palavras, são maiores que as que se observam entre modelos lexicalistas e não lexicalistas destinados a explicar os processos de formação de palavras. Isso quer dizer que, ao assumir que expressões linguísticas de qualquer natureza, sejam elas palavras ou sentenças, são geradas pelo único mecanismo gerativo presente na arquitetura da gramática, nomeadamente, a sintaxe, a MD se aproxima mais de uma proposta de análise sintática que de uma proposta lexicalista de análise morfológica: é a partir desse componente gerativo, que é a sintaxe, que se formam palavras, sintagmas e sentenças.

A proposta da MD apareceu pela primeira vez em Halle e Marantz (1993), daqui em diante H&M, e vem sendo desenvolvida, desde então, em trabalhos subsequentes. É um modelo que prevê uma arquitetura da gramática desprovida do componente lexical, como concebido pela gramática gerativa em suas diversas versões (cf. Chomsky, 1957, 1965, 1981, 1995, 2000). Ainda assim, as tarefas antes atribuídas a tal componente precisam ser desempenhadas de alguma forma para que expressões linguísticas sejam produzidas. O que ocorreu, então, foi que os proponentes da MD distribuíram essas tarefas por três listas de elementos de naturezas diferentes que passam a compor essa nova arquitetura da gramática. Sucintamente, o modelo conta com: i) uma *lista 1*, também chamada de “léxico reduzido” composta de traços morfossintáticos abstratos que alimentam a sintaxe, que opera com esses traços, formando derivações que serão enviadas ao componente morfológico; ii) uma *lista 2*, conhecida como “vocabulário”, composta de itens vocabulares que interpretam as derivações

sintáticas: na realidade, esses itens são regras que regulam a inserção de material fonológico nos nós terminais morfossintáticos abstratos resultantes da derivação sintática à qual se aplicam operações morfológicas variadas; iii) uma *lista 3*, a “enciclopédia”, definidora de significados especiais para as expressões linguísticas (nosso conhecimento de mundo).

Por sua essência não lexicalista, portanto, o modelo se opõe frontalmente a propostas lexicalistas para a análise dos processos de formação de palavras, como as de Anderson (1992) ou Lieber (1992), e surge como uma tentativa de demonstrar seu pressuposto de que uma proposta de análise linguística que dê conta da formação de palavras e de sentenças por meio de um modelo de gramática que dispõe de apenas um componente gerativo, nomeadamente, a sintaxe, deve ser mais vantajosa que outras propostas que dependam de componentes distintos para cada um desses processos: um léxico para formação de palavras e uma sintaxe para a formação de sentenças.

O que se pretende, portanto, neste capítulo, é apresentar essa proposta não lexicalista para a análise dos processos de formação de expressões linguísticas,² definindo suas características principais (*inserção tardia*, *subespecificação* e *sintaxe em toda a derivação*) e demonstrando o seu funcionamento por meio das sentenças *Ela amava/entendia/ouvia o filho pequeno*, do português brasileiro (PB). Esta apresentação segue organizada da seguinte forma: a primeira seção mostra como se dá, em MD, a distribuição, entre os componentes da arquitetura da gramática, das tarefas atribuídas ao léxico em outros modelos. Aqui, também será apresentado um exemplo concreto da formação de expressões linguísticas de acordo com o modelo. Sua primeira propriedade, inserção tardia, será descrita na segunda seção, seguida, na terceira seção, pela apresentação de sua segunda e terceira propriedades: subespecificação e sintaxe em toda a derivação. A partir dos mesmos exemplos do PB, chamaremos atenção para o fato de que as línguas naturais nem sempre dispõem de material fonológico compatível com o resultado das operações sintáticas que derivam a estrutura de suas expressões linguísticas. Dito de outra forma, a relação entre a estrutura interna das expressões linguísticas e a sua representação fonológica nem sempre é de um para um, podendo haver formas fonológicas subespecificadas em relação aos traços gramaticais dos nós terminais sintáticos em que serão inseridas. Essa incompatibilidade pode se resolver em termos dessa mesma subespecificação, a segunda propriedade do modelo, ou pode requerer que se apliquem determinadas operações morfológicas às derivações geradas pela sintaxe. Tais operações são, portanto, realizadas pós-sintaticamente, mas antes da inserção de itens de vocabulário na derivação. Para ilustrar essa característica mais específica do modelo, a terceira seção trará alguns exemplos de operações que, embora se realizem pós-sintaticamente, manipulam estruturas que representam, essencialmente, relações sintáticas (Harley e Noyer, 1999),

motivando, assim, a explicitação da terceira propriedade do modelo, a sintaxe em toda a derivação. Finalmente, a quarta seção apresentará algumas limitações para a proposta e a quinta seção trará as considerações finais.

POR QUE MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA?

Como já foi apontado anteriormente, apesar de sugerir a supressão do componente lexical da arquitetura da gramática, a MD prevê que a formação de expressões linguísticas conta com a manutenção da realização das tarefas atribuídas ao léxico em outros modelos. Isso só poderá ocorrer se tais tarefas forem distribuídas entre os diferentes módulos da gramática, da forma como se descreve a seguir.

Antes, porém, seria bom recuperar o que tradicionalmente se assume sobre a composição do componente lexical em modelos lexicalistas. Pode-se dizer, de modo geral, que o léxico deve conter peças morfológicas – raízes e afixos – além de regras que regulem a combinação desses elementos. Em propostas lexicalistas, portanto, o resultado dessas combinações são itens lexicais (ILs, daqui em diante) que, por sua vez, devem apresentar três tipos de propriedades: fonológicas, morfossintáticas e semânticas (cf. (1)).

- | | | | |
|-----|--------------|----------------|-------------------------------------|
| (1) | a. IL: MORAR | fonologia: | /mo'rah/ |
| | | morfossintaxe: | Verbo intransitivo |
| | | semântica: | “habitar” |
| | b. IL: CASA | fonologia: | /'kazɐ/ |
| | | morfossintaxe: | Nome |
| | | semântica: | “construção que serve de moradia” |
| | c. IL: MAGRO | fonologia: | /'magrɔ/ |
| | | morfossintaxe: | Adjetivo |
| | | semântica: | “que não tem, ou tem pouca gordura” |

Assim, o bom funcionamento da MD dependerá de duas condições que deverão ser satisfeitas pela nova arquitetura da gramática, considerando-se a supressão do léxico: ela deve conter: i) as regras que regulam a combinação das peças morfológicas (raízes e afixos) que vão formar ILs; e ii) as propriedades fonológicas, morfossintáticas e semânticas desses ILs, ou dessas peças morfológicas. Essas propriedades são herdadas das raízes e afixos.

De acordo com o modelo, a primeira condição é satisfeita ao se assumir que o mesmo tipo de operação que gera sentenças pode gerar palavras também. Assim, nenhum tipo de operação especialmente desenhado para o processo de formação de palavras será necessário: o modelo prevê que, para a formação de

expressões linguísticas, de modo geral, serão necessárias apenas as operações de *concatenação* (combinação de peças morfológicas duas a duas) e de *movimento* (deslocamento de uma parte da estrutura em formação de um ponto a outro dessa estrutura). Essas são operações típicas do componente sintático e cuja mecânica ficará mais clara a partir da descrição dos exemplos que aparecerão ao longo do capítulo. Isso quer dizer que, como a estrutura das sentenças, a estrutura das palavras é construída na sintaxe. Em outros termos, estrutura morfológica é estrutura sintática em MD.

A satisfação da segunda condição é o que vai caracterizar o modelo como “distribuído”. H&M assumem com Anderson (1992), Aronoff (1994) e Beard (1995) a separação entre os traços morfossintáticos dos nós terminais (derivados pela sintaxe por meio das operações de concatenação e movimento) e a sua realização fonológica. Isso sugere que, no componente sintático, portanto, sujeitos à aplicação das operações sintáticas, estarão somente os traços morfossintáticos que caracterizarão a palavra resultante desse processo. Os traços fonológicos, que não desempenham nenhum papel na aplicação das operações sintáticas, são desnecessários no componente sintático e serão inseridos tardiamente, pós-sintaticamente, no componente morfológico, depois da aplicação de operações morfológicas que puderem ser necessárias. Os traços semânticos, que dizem respeito ao significado das expressões linguísticas, também não são observados no componente sintático, pelas mesmas razões que assumimos para descartar a presença de traços fonológicos nesse componente: o significado, tal qual a representação fonológica, não determina que tipo de operação sintática deve ser realizado e nem de que forma isso deve ocorrer. É assim, portanto, que o modelo da MD distribui entre os diferentes componentes da arquitetura da gramática as propriedades que os modelos lexicalistas atribuem aos ILS e ao léxico, propriamente dito.

Os exemplos a seguir mostram de modo informal o passo a passo inicial da formação de uma expressão linguística, a sentença em (2), de acordo com essa proposta de modelo.

(2) Ela amava o filho pequeno.

De forma simplificada, é possível identificar em (2), os seguintes traços gramaticais e raízes (cf. (3)b): 3^a: terceira pessoa; Sg.: singular; Pr.: pronome; √AM: raiz do verbo *amar*; D: determinante; √FILH: raiz do nome *filho*; √PEQUEN: raiz do adjetivo *pequeno*; Fem.: feminino; Masc.: masculino; v: categorizador verbal; n: categorizador nominal; a: categorizador adjetival; c1: classe verbal 1 (1^a conjugação); PrImp.: pretérito imperfeito.

(3)	a.	Ela	amava	o	filho	pequeno
	b.	Pr	√AM	D.	√FILH	√PEQUEN
		3 ^a	-v	3 ^a	-n	-a
		Fem.	-c1	Masc.	Masc.	Masc.
		Sg.	-PrImp.	Sg.	Sg.	Sg.
			-3 ^a			
			Sg.			

A rigor, a sintaxe vai operar sobre um conjunto de elementos que reúne raízes como as de (4)a, traços gramaticais, oriundos da lista 1 (traços abstratos universais de número, pessoa, tempo, modo, aspecto, etc. (cf. (4)b), e traços de categoria, como [v], para verbo, [n], para nome, ou [a], para adjetivo (responsáveis por definir a categoria gramatical ou sintática das raízes (cf. (4)c).

- (4) a. √AM, √FILH, √PEQUEN, etc.
 b. [Pr], [D.], [3^a], [Sg.], [Masc.], [PrImp.], etc.
 c. [v], [n], [a], etc.

A partir desses traços e por meio das operações de concatenação e movimento não explicitadas aqui, mas descritas detalhadamente em Mioto et al. (2013), por exemplo, a sintaxe forma feixes que constituem os nós terminais da derivação sintática (cf. (5)). O resultado final da aplicação das operações de concatenação e movimento em cada passo derivacional para a formação dos constituintes e subconstituintes da sentença em (2) ([*ela*] [*amava*] [*o filho pequeno*]]) vem em negrito à direita de cada exemplo ((5)a,b,c)), sem os colchetes internos que marcam a hierarquia da aplicação dessas operações aos traços da lista 1:

- (5)
- | | | |
|----|-------------------------------------|--|
| a. | [3 ^a] + [Fem.] | → [3 ^a Fem] |
| | [3 ^a Fem] + [Sg.] | → [3^aFem.Sg.] |
| b. | √AM + [v] | → [√AM-v] |
| | [√AM-v] + [PrImp.] | → [√AM -v PrImp.] |
| c. | [D.] | |
| | √FILH + [n] | → [√FILH-n] |
| | [√FILH-n] + [Masc.] | → [√FILH-n Masc.] |
| | [√FILH-n Masc.] + [Sg.] | → [√FILH-n Masc.Sg.] |
| | √PEQUEN + [a] | → [√PEQUEN-a] |
| | [√FILH-n Masc.Sg.] + [√PEQUEN-a] | → [√FILH-n Masc.Sg. √PEQUEN-a] |
| | [D.] + [√FILH-n Masc.Sg. √PEQUEN-a] | → [D. √FILH-n Masc.Sg. √PEQUEN-a] |

O que se viu, portanto, com esse exemplo preliminar é que a sintaxe manipula núcleos abstratos, sem conteúdo fonológico. Na sequência das operações pertinentes ao processo de formação de expressões linguísticas, a morfologia interpreta o resultado das operações sintáticas de duas formas: i) atribuindo-lhes conteúdo fonológico, caso o material fonológico da língua em questão seja compatível com a derivação sintática, ou ii) realizando operações morfológicas de modo a tornar possível essa relação.

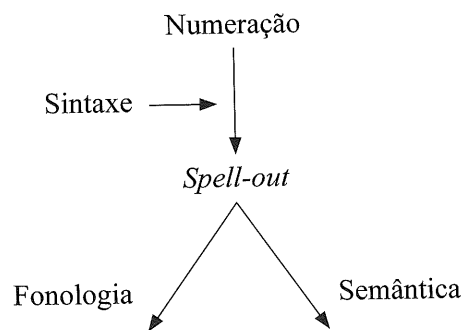
Na continuação deste capítulo, serão apresentadas algumas propriedades formais e centrais para a MD, que se podem depreender a partir do que se começou a falar aqui sobre a formação de uma sentença como (2).

PROPRIEDADES CENTRAIS DO MODELO

Chomsky (1995: 168), em seu Programa Minimalista (PM, na sequência), afirma que a *Faculdade da Linguagem* (doravante, FL), ou “órgão da linguagem” (Chomsky, 2000: 90), está encaixada em sistemas de performance da mente que permitem que suas expressões sejam usadas para articular, interpretar, referir, etc. Para o autor, FL tem um estado inicial S_0 , que é uma expressão dos genes. Essa faculdade é um desenvolvimento evolucionário recente, que passa por mudanças de estado desencadeadas por influências do ambiente. Assim, de acordo com o autor, “se a FL de Jones está em um estado L, dizemos que Jones tem (fala, sabe...) a língua L.” (Chomsky, 2000: 90, minha tradução).

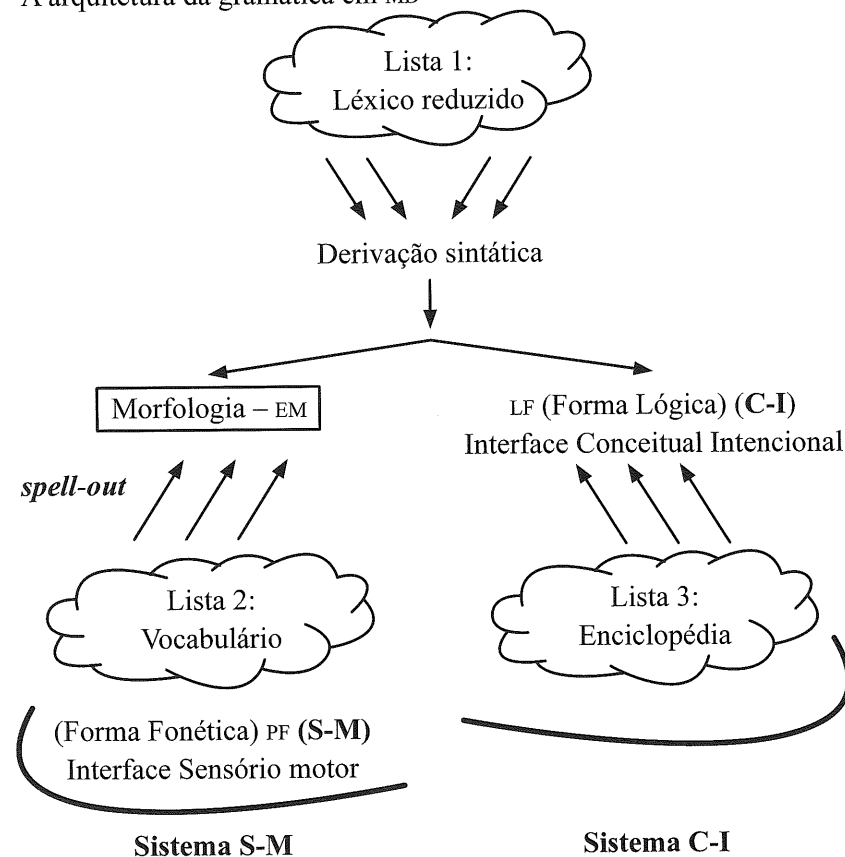
As expressões linguísticas produzidas por FL são instruções para esses sistemas de performance e devem fornecer informações relevantes para seu funcionamento. Assim, em PF (abreviatura de *Phonetic Form* – forma fonética – do inglês), deve (e só pode) haver informações que sejam legíveis pelo sistema sensorio-motor (S-M) (por exemplo, instruções para a boa-formação fonológica das expressões linguísticas) e em LF (abreviatura de *Logical Form* – forma lógica – do inglês), somente informações legíveis pelo sistema conceitual-intencional (C-I) (instruções para a boa formação semântica das expressões linguísticas). Em (6), a seguir, tem-se uma representação simplificada de FL para o PM.

(6) A arquitetura da gramática no PM



Como se vê, o papel da morfologia no PM é apenas secundário e as tarefas que dizem respeito a esse módulo da gramática deverão ser exploradas de acordo com suas relações com os componentes fonológico e sintático. Em MD, por outro lado, o componente morfológico retoma seu papel de destaque e passa a interpretar os resultados das operações sintáticas, que se aplicam a núcleos ou feixes de traços sem conteúdo fonológico. Uma representação preliminar da arquitetura da gramática, adotada em MD, aparece em (7) (adaptado de Embick e Noyer (2007: 293)), em que se destaca o lugar da Estrutura Morfológica (EM) no modelo:

(7) A arquitetura da gramática em MD



A MD assume, de modo particular, que raízes, traços morfossintáticos e traços definidores de categorias gramaticais são os primitivos com os quais a sintaxe opera. Os traços morfossintáticos e os categoriais podem ser considerados universais e, por isso, faz sentido dizer que são abstratos, não se associando a traços fonético/fonológicos. De modo geral, representam as categorias funcionais, que se traduzem em

informações gramaticais pertinentes às expressões linguísticas, tais como número, para nomes, e tempo para verbos, por exemplo, ou mesmo [v], [n] ou [a].

Os diferentes traços morfossintáticos e categoriais abstratos são armazenados na lista 1 do diagrama em (7), a qual pode ser acessada pelo aprendiz durante o processo de aquisição de linguagem. Essa lista contém, além das raízes de determinada língua e desses traços abstratos universais de natureza morfossintática e categorial, a informação sobre quais desses traços estão ativos na língua em questão.

Para entender a distinção entre traços ativos e não ativos em um determinado sistema, observemos o que acontece com os traços de número. De modo geral, nas línguas naturais, traços de número podem ter os seguintes valores e respectivas representações:

- (8) Traços de número
- | | |
|---|----------|
| a. singular: | [Sg.] |
| b. mais de um: | [Pl.] |
| c. mais de um – até duas unidades, no máximo: | [Dual] |
| d. mais de um – até três unidades, no máximo: | [Trial] |
| e. mais de um – até quatro unidades, no máximo: | [Paucal] |

As línguas diferem, no entanto, quanto aos valores para o traço de número que se apresentam ativos em seus sistemas. De alguma forma, os falantes nativos adquirem essa informação durante o processo de aquisição de sua língua. Em PB, por exemplo, o traço de número ativa apenas os valores [Sg.] e [Pl.].

Uma vez definidos os traços ativos para uma determinada língua, a sintaxe manipula os itens da lista 1 (raízes e traços abstratos universais de natureza morfossintática e categorial), gerando estruturas hierárquicas complexas, cujos nós terminais são feixes de traços (cf. (5)a) ou combinações de raízes e traços categoriais e morfossintáticos (cf. (5)b,c). Portanto, a representação sintática simplificada de uma sentença como (2), será (9), em que TP representa o sintagma de tempo (*tense phrase*, do inglês), e em que, como dito anteriormente, não explicito as sucessivas camadas derivacionais (cf. Míoto et al., 2013) que resultam em uma forma verbal como *amava*, ou em um sintagma nominal como *o filho pequeno*, por exemplo.

- (9)
- ```

 TP
 / \
 [3ªFem.Sg.] T
 / \
 [√AM -v PrImp.] [D. √FILH-n Masc.Sg. √PEQUEN-a]

```

Cada um desses nós terminais é tratado como um morfema abstrato, desprovido de material fonológico, a não ser pelas raízes. É preciso observar que a questão da presença de conteúdo fonológico nas raízes ainda suscita debates calorosos entre os seguidores do modelo. Enquanto H&M, por exemplo, assumem que, da mesma forma que os traços abstratos, as raízes não dispõem de material fonológico, Embick e Noyer (2007: 295) defendem a presença de fonologia na constituição desses elementos. De acordo com eles, podemos entender que, no caso do PB, as raízes são itens como √AM, √FILH ou √PEQUEN, que representam complexos de traços fonológicos, por vezes, associados a traços diacríticos não fonológicos. Por hipótese, os autores assumem que as raízes não contêm traços gramaticais (ou morfossintáticos): são combinações de som e significado particulares de cada língua e são, originalmente, acategoriais. Dessa forma, para que possam ocorrer em uma expressão linguística como membros de uma determinada categoria (nome, verbo ou adjetivo), sempre ocorrerão em uma relação local com um núcleo funcional definidor de categoria ([n], [v], etc.). Superficialmente, portanto, as raízes sempre farão parte de categorias complexas em que se apresentam associadas a um núcleo categorizador como em (10):

- (10) Raiz + núcleo funcional [n], [v], etc.

Os morfemas abstratos gerados pela sintaxe não são, portanto, signos saussurianos, diferentemente dos ILs que compõem o léxico nas abordagens lexicalistas: morfemas abstratos não têm uma contraparte fonético-fonológica. Ao final da computação sintática, a derivação é bifurcada (*spell-out*), para que os sistemas de interface PF e FL possam alimentar os sistemas S-M e C-I, respectivamente, com informações pertinentes a cada um deles.

Assim, os nós terminais derivados a partir das operações sintáticas deverão ser preenchidos com traços fonológicos para que PF possa instruir as ações do sistema S-M.<sup>3</sup> Esse mecanismo de preenchimento dos nós terminais sintáticos com material fonológico recebe o nome de *inserção de vocabulário* e, por ocorrer pós-sintática e tardiamente, constitui-se como a primeira das três propriedades centrais desse modelo separacionista que serão destacadas neste trabalho, qual seja, a *inserção tardia*.

Por esse mecanismo de inserção tardia, *expoentes fonológicos* que compõem a lista 2 do esquema em (7), denominada vocabulário, competem para inserção nos nós terminais abstratos que a sintaxe gerou. A representação em (9) e os exemplos em (11) e (12) nos ajudarão a entender esse processo. Tomemos, portanto, a sentença em (11), que retoma (2).

- (11) Ela amava o filho pequeno.

O conjunto de exemplos em (12) reúne expoentes fonológicos que concorrem para o preenchimento do nó terminal que a sintaxe vai gerar para a posição de sujeito da sentença em (11). Trata-se, na realidade, de itens de vocabulário, doravante IVs, que são regras de inserção de material fonológico que associam tal material a condições de inserção na derivação sintática.

- (12) a. /'ew/ → [1ªSg.]  
 b. /vo'se/ → [2ªSg.]  
 c. /'elI/ → [3ªMasc.Sg.]  
 d. /'elɐ/ → [3ªFem.Sg.]

Como vimos na representação em (9), que se aplica a (11), o nó sintático derivado para a posição de sujeito é representado por [3ªFem.Sg.]. Assim, os exemplos em (12), que mostram IVs que relacionam material fonológico a conjuntos de traços de pessoa, gênero e número têm, em princípio, boas condições para preencher esse nó, que tem os mesmos traços de pessoa, gênero e número. No entanto, entre todas as possibilidades apresentadas em (12), a opção em (12)d é a única adequada para realizar esse preenchimento, uma vez que as suas condições de inserção (ser inserido em um nó que contenha os traços de 3ª, Fem., Sg.) são plenamente satisfeitas diante dos traços presentes nesse nó da posição de sujeito.

Portanto, com base no *princípio do subconjunto* descrito a seguir, que controla a inserção de IVs, pode-se dizer que (12)d vence a competição que trava com (12)a, b, c, e é inserido tardiamente no nó terminal relevante:

(13) Princípio do Subconjunto:

O expoente fonológico de um item de vocabulário é inserido em uma posição, se tal item é compatível com todos ou com um subconjunto dos traços especificados naquela posição. A inserção não ocorre se o item de vocabulário contém traços que não estão presentes no morfema. Se vários itens de vocabulário satisfazem as condições de inserção, o item que for compatível com o maior número de traços especificados no morfema terminal deve ser escolhido. (Halle, 1997: 128, tradução minha)

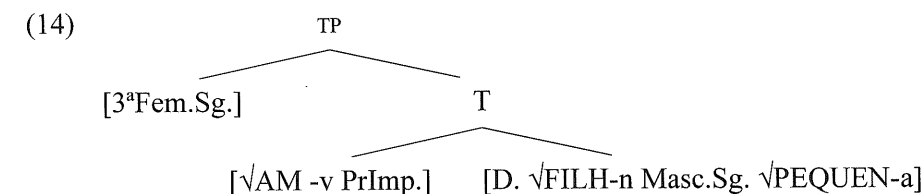
A descrição do princípio do subconjunto descarta imediatamente as possibilidades de inserção dos IVs em (12)a,b,c. Embora exibam o traço de número singular, compatível com o do nó terminal [3ªFem.Sg.] e não incluam um traço de gênero como condição de inserção, podendo se aplicar tanto ao gênero masculino quanto ao feminino, os IVs (12)a e (12)b precisam ser descartados devido ao fato de que as condições de inserção

impostas por seus traços de 1ª e 2ª pessoas, respectivamente, não são satisfeitas pelo traço de 3ª pessoa do nó relevante. Por sua vez, (12)c também não se qualifica como uma boa alternativa, uma vez que o traço de gênero [Fem.] do nó terminal não satisfaz a condição de inserção imposta por seu traço de gênero [Masc.]. Percebe-se, assim, que, de todas as alternativas em (12), apenas (12)d têm as condições de inserção impostas por seus traços satisfeitas junto aos traços do nó terminal [3ªFem.Sg.]. Por esse motivo, este será o IV escolhido entre os que estão disponíveis. Nesse caso, então, foi a satisfação de todas as condições de inserção impostas por (12)d, que o definiu como o IV adequado ao preenchimento do nó terminal na posição de sujeito.

É preciso chamar atenção para o fato de que a inserção de vocabulário, propriamente dita, não ocorre ainda. Vejam que a representação dos feixes de traços derivados pela sintaxe, em (9), não dispõe de núcleos tais como os de Caso gramatical (que marcaremos sempre com maiúsculas, a partir de agora) e concordância, considerados relevantes apenas para o componente morfológico da gramática. Dessa forma, para que os morfemas abstratos ganhem material fonológico, será necessário que núcleos de Caso e concordância sejam inseridos pós-sintaticamente, por meio de operações morfológicas, das quais passaremos a falar a seguir.

## OPERAÇÕES MORFOLÓGICAS

Nesta seção, descreveremos as duas últimas propriedades centrais da MD, nomeadamente, a *subespecificação* relacionada a IVs, e a *sintaxe em toda derivação*, ao apresentarmos as operações pós-sintáticas pertinentes ao modelo. Faremos isso ainda com base na sentença *Ela amava o filho pequeno*, em (2)/(11), cuja representação sintática apareceu em (9) e vem repetida em (14).



Usaremos, ainda, as sentenças em (15)a,b, para as quais se pode atribuir a mesma representação sintática em (14), no intuito de evidenciar as diferenças entre elas, que vão se estabelecer na EM.

- (15) a. Ela entendia o filho pequeno.  
 b. Ela ouvia o filho pequeno.

## Inserção de morfemas

Uma observação mais atenta da representação em (14) nos mostra que ela não exhibe nenhuma informação concernente à marcação de Caso dos sintagmas que ocupam as posições de sujeito e complemento verbal na sentença em (11). O mesmo pode ser dito das informações sobre a concordância entre o verbo e o sujeito, por um lado, e entre o nome, o adjetivo e o determinante no sintagma que ocupa a posição de complemento do verbo, por outro. Isso faz sentido na medida em que tais informações podem ser tomadas como particulares de cada língua e, por esse motivo, não precisam aparecer no componente sintático que deve ser o lugar reservado para as informações que sejam comuns entre as línguas naturais. As diferenças entre as línguas devem ser tratadas fora da sintaxe, mais particularmente, na morfologia. O modelo deve, portanto, prever um mecanismo de inserção dessas informações pós-sintaticamente. A esses mecanismos vamos dar o nome de operações morfológicas.

A primeira dessas operações pode ser ilustrada a partir de (11) e (14). Trata-se da *inserção de morfemas* na EM com o objetivo de satisfazer condições universais ou particulares de cada língua. No caso em questão, será necessária a inserção de morfemas de Caso Nominativo, na posição de sujeito, e Acusativo, na posição de complemento verbal, para a satisfação do filtro do Caso. Esse filtro é uma condição universal, que diz que todos os sintagmas nominais pronunciados, de todas as línguas naturais, devem ser marcados ou pertencer a uma cadeia marcada com Caso. Isso se verifica ainda que tal marca de Caso não tenha, ela própria, uma realização fonológica, como em PB. A satisfação dessa condição se verificará, dessa forma, com a inserção na derivação em (14) dos núcleos de Caso Nominativo e Acusativo, marcados em negrito nas posições relevantes dos exemplos de (16), que, por razões didáticas, exhibe os constituintes da sentença representados em linhas diferentes:

- (16) a.  $[_D [_D \text{ 3}^{\text{a}}\text{Fem.Sg.}] [_{\text{Caso}} \text{Nom.}]]$   
 b.  $[_T [_V \sqrt{\text{AM}} [_V \text{v}]] [_T \text{PrImp.}]]$   
 c.  $[_D [_D \text{D.} \sqrt{\text{FILH-n Masc.Sg.}} \sqrt{\text{PEQUEN-a}}] [_{\text{Caso}} \text{Acus.}]]$

Mais morfemas precisarão ser inseridos nos nós acima, desta feita, para a satisfação de condições mais particulares do PB ou do português, em geral. Trata-se da inserção de três tipos de morfemas: i) morfemas de classe realizados por vogais temáticas, que definem a classe do verbo ou do nome cuja forma está sendo derivada (representadas por  $\mathfrak{S}$  – ou *theme vowel*, do inglês); ii) morfemas de concordância, que marcarão esse tipo de relação entre o verbo e o sujeito; iii) morfemas de concordância, que marcarão esse tipo de relação entre o nome, o adjetivo e o determinante. Ao núcleo que expressa

relações de concordância, chamamos de Agr. (*agreement*, do inglês). Os resultados das operações de inserção desses morfemas na EM da sentença (11) aparecem em (17), cujos exemplos mostrarão a inserção de morfemas de Caso, Agr. e classe verbal apenas. Exemplos de inserção de morfemas de classe nominal (CN) serão exibidos ao final desta seção, na subseção sobre as operações de fusão e empobrecimento:

- (17) a.  $[_D [_D \text{ 3}^{\text{a}}\text{Fem.Sg.}] [_{\text{Caso}} \text{Nom.}]]$   
 b.  $[_T [_T [_V \sqrt{\text{AM}} [_V [_V \text{v}]]] [_3 \text{c1}]]] [_T \text{PrImp.}]] [_{\text{Agr}} \text{3}^{\text{a}}\text{Sg.}]]$   
 c.  $[_D [_D \text{D.} [\text{Masc.Sg.}] \sqrt{\text{FILH-nMasc.Sg.}} \sqrt{\text{PEQUEN-a}}] [\text{Masc.Sg.}]] [_{\text{Caso}} \text{Acus.}]]$

A partir deste ponto, a derivação sintática, já modificada por algumas operações morfológicas, está pronta para receber as informações fonológicas pertinentes. Em outras palavras, a inserção de vocabulário pode ocorrer e deverá levar em conta os IVs disponíveis na língua. Dentre as muitas possibilidades oferecidas pelo PB, os IVs em (18) poderão ser inseridos nos morfemas em (17), como demonstrado em (19):

- (18) a. /ɛla/ → [3<sup>a</sup>Fem.Sg.Nom.]      b. /ʊ/ → [D.Masc.Sg.]  
 c. Ø → [Caso Acus.]      d. /a/ → [c1]  
 e. /e/ → [c2]      f. /i/ → [c3]  
 g. /va/ → [PrImp.c1]      h. /ia/ → [PrImp.]
- (19) a.  $[_D [_D \text{ 3}^{\text{a}}\text{Fem.Sg.}] [_{\text{Caso}} \text{Nom.}]]$   
           /ɛla/  
 b.  $[_T [_T [_V \sqrt{\text{AM}} [_V [_V \text{v}]]] [_3 \text{c1}]]] [_T \text{PrImp.}]] [_{\text{Agr}} \text{3}^{\text{a}}\text{Sg.}]]$   
           /am/                    /a/                    /va/                    Ø  
 c.  $[_D [_D \text{D.} [\text{Masc.Sg.}] \sqrt{\text{FILH-nMasc.Sg.}} \sqrt{\text{PEQUEN-a}}] [\text{Masc.Sg.}]] [_{\text{Caso}} \text{Acus.}]]$   
           /ʊ/                    /fiʎʊ/                    /pikẽn/                    /ʊ/                    Ø

A partir daí, outros reajustes fonológicos podem ainda acontecer, a depender das propriedades fonológicas da cada língua.

Nesse ponto, recorreremos também às sentenças em (15) para tratarmos da propriedade de subespecificação dos IVs, tão importante dentro do modelo da MD. Nessas sentenças, a morfologia de [PrImp.] se realiza pela forma –ia, diferentemente do que acontece no caso da sentença com *amava*, em (11), em que –va é a forma que realiza o [PrImp.]. Nos exemplos de IVs em (18), podemos observar essa opcionalidade, no que diz respeito às marcas de [PrImp.], bem como às marcas de  $\mathfrak{S}$ : há alomorfes distintos para essas duas categorias no PB. Em (20), reunimos esses expoentes fonológicos distintos, concorrentes para o preenchimento do nó terminal que a sintaxe vai gerar para a forma flexionada que vai ocupar posição de núcleo do predicado verbal.

- (20) a. /va/ → [PrImp.c1]  
 b. /ia/ → [PrImp.]  
 c. /a/ → [c1]  
 d. /e/ → [c2]  
 e. /i/ → [c3]

Com a representação em (19)b para a forma *amava*, já pudemos observar que, em EM, o nó sintático relativo à forma verbal ganhou os morfemas de  $\mathfrak{S}$  e de Agr. E, de modo geral, podemos dizer que a derivação morfológica para as formas de 3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito será como (21), em que  $\sqrt{V}$  pode ser  $\sqrt{AM}$ ,  $\sqrt{ENTEND}$  ou  $\sqrt{OUV}$  (as raízes dos verbos *amar*, *entender* e *ouvir* das sentenças em (11) e (15)) e  $\mathfrak{S}$  pode ter os traços de [c1], [c2] ou [c3], representando a possibilidade de escolha entre as vogais temáticas das três conjugações; (22), por sua vez, representa apenas a parte do nó morfossintático T (já modificado na EM pela inserção do morfema de classe verbal) que contempla os morfemas de T e de  $\mathfrak{S}$ .

- (21)  $[_T [_T [_v \sqrt{V} [_v [_v v] [_s c1,2,3]]]]] [_T \text{PrImp.}] [\text{Agr. } 3^{\text{a}}\text{Sg.}]$   
 (22)  $[_T [_v \sqrt{V} [_v [_v v] [_s c1,2,3]]]] [_T \text{PrImp.}]$

Com (22) em mente, observamos que os IVs em (20)a,b e (20)c,d,e, respectivamente, são os que têm condições de concorrer para o seu preenchimento, pois relacionam material fonológico a conjuntos de traços pertinentes a T e  $\mathfrak{S}$ .

Assim, para a forma *amava*, em (11), que terá a representação mais específica em (23), no caso do preenchimento do morfema de  $\mathfrak{S}$ , percebemos que, assim como no preenchimento do nó de sujeito, o nó  $\mathfrak{S}$ , que exibe o traço [c1], só satisfaz integralmente às condições de inserção impostas pelo IV (20)c. Os IVs (20)d,e são, então, descartados pelo princípio do subconjunto, em (13).

- (23) a.  $[_T [_v \sqrt{AM} [_v [_v v] [_s c1]]]] [_T \text{PrImp.}]$  *amava*  
 /a'm/ /a/ /va/ /a'mava/

Quanto ao morfema de T, em princípio, (20)a e (20)b estariam disponíveis para o seu preenchimento. No entanto, (23) nos mostra a associação entre T e  $\mathfrak{S}$ , o que nos remete às condições de inserção dos IVs em (20), relativas a essas propriedades gramaticais. Vejamos que, ao passo que (20)a condiciona a realização de /va/, simultaneamente, aos valores de [PrImp.] e de [c1] para os morfemas de T e  $\mathfrak{S}$ , respectivamente, (20)b exige a presença do traço [PrImp.] como única condição para a inserção de /ia/. Ora, nesse caso, as duas formas em (20)a,b terão suas condições de inserção

satisfeitas pelo nó terminal em (23) e, portanto, são elegíveis para o preenchimento desse nó. No entanto, o mesmo princípio do subconjunto, em (13), afirma que “se vários itens de vocabulário satisfazem as condições de inserção, o item que for compatível com o maior número de traços especificados no morfema terminal deve ser escolhido”. Como (23) satisfaz duas condições de inserção em (20)a e apenas uma em (20)b, somos levados a escolher (20)a para o preenchimento do traço de [PrImp.] nos morfemas T dos verbos de classe 1, derivando, portanto, a forma *amava*.

Por sua vez, no que concerne aos traços correspondentes aos morfemas de T e de  $\mathfrak{S}$ , o nó morfossintático T para as formas *entendia* e *ouvia*, em (15)a,b, respectivamente, terão as representações em (24)a,b.

- (24) a.  $[_T [_v \sqrt{ENTEND} [_v [_v v] [_s c2]]]] [_T \text{PrImp.}]$  *entendia*  
 /ĩtẽ'dʒ/ /e/ /ia/ /ĩtẽ'dʒia/  
 b.  $[_T [_v \sqrt{OUV} [_v [_v v] [_s c3]]]] [_T \text{PrImp.}]$  *ouvia*  
 /ow'v/ /i/ /ia/ /ow'via/

Para o preenchimento do nó de  $\mathfrak{S}$  em cada caso, temos que seus traços [c2], em (24)a, e [c3], (24)b, respectivamente, satisfazem integralmente às condições de inserção impostas pelos IVs (20)d e (20)e, sendo as outras alternativas automaticamente descartadas pelo princípio do subconjunto, em (13). Quanto ao preenchimento de T, marcado com [PrImp.] nos dois casos de (24), temos, agora, apenas um candidato, nomeadamente (20)b, já que, nesses dois casos, os traços em T não podem satisfazer as condições de inserção de (20)a, que exigem a presença de um traço [c1] na composição do nó terminal. Esse IV é, então, descartado em favor de outro que, por não impor condições de inserção relativas ao nó de  $\mathfrak{S}$ , ou seja, por ser *subespecificado* para os traços referentes a esse nó, é compatível tanto com o traço [c2], quanto com o traço [c3]. Assim, como esperado, /ia/ é a forma escolhida para o preenchimento de (24)a,b, como se vê acima. Nesse caso, pode-se ver, ainda, que outros reajustes fonológicos ocorreram (o apagamento fonológico dos segmentos /e/ e /i/, referentes aos traços [c2] e [c3], respectivamente), para que a forma derivada fique de acordo com propriedades fonológicas da cada língua.

O que se vê, então, é que o próprio princípio do subconjunto já prevê a *subespecificação* de IVs, a segunda propriedade central do modelo da MD: os nós terminais são completamente especificados, mas os IVs que preenchem tais posições não precisam sê-lo. A consequência imediata dessa propriedade de subespecificação é a possibilidade de oferecer um tratamento para o fenômeno do *sincretismo* dentro da MD. Formas sincréticas são aquelas que exibem a mesma forma fonológica, mas



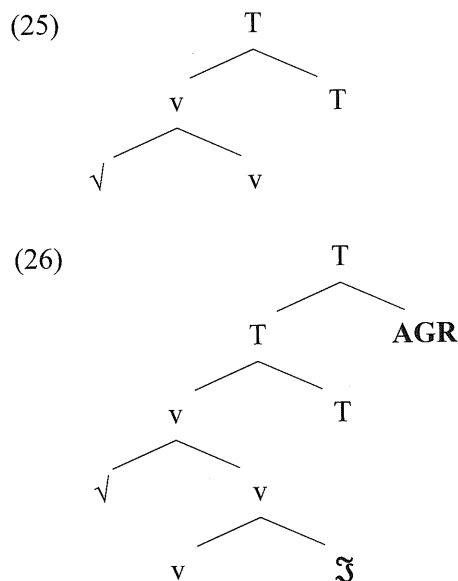
que representam traços gramaticais diferentes, exatamente como acontece com a sequência /ia/, que pode remeter ao pretérito imperfeito de formas verbais das classes 2 e 3. Nesses casos, como consequência imediata do princípio do subconjunto, um único IV – (20)b – insere o mesmo expoente fonológico – /ia/ – em dois (poderiam ser mais de dois) nós sintático-semânticamente diferentes: (24)a e (24)b.

### Fusão e empobrecimento

Além da operação de inserção de morfema, o modelo prevê, também, as operações de  *fusão*, que funde dois núcleos sintáticos em um, de  *fissão*, que separa um núcleo sintático em dois, de  *empobrecimento* (Bonet, 1991), que apaga traços de um núcleo sintático, além de regras de reajuste fonológico particulares de cada língua. Abordaremos, aqui, apenas as operações de fusão e de empobrecimento, para ilustrar o funcionamento do modelo.

Uma das sentenças que vêm nos servindo de apoio neste texto, com uma ligeira modificação para  *Eu amava meu filho pequeno*, pode mostrar a aplicação das operações de fusão e de empobrecimento nas estruturas sintática e morfológica que resultam na forma verbal  *amava*. Demonstraremos isso, tomando por base a proposta de Bassani e Lunguinho (2011) para o tratamento da flexão verbal do português.

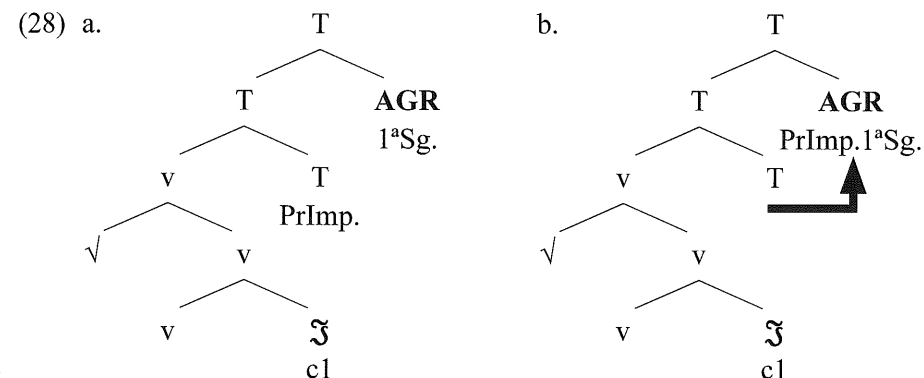
Os autores assumem a derivação sintática básica em (25) e a derivação morfológica em (26) para o verbo no português. Mais uma vez,  *v*  = categorizador verbal,  *√*  = uma raiz qualquer,  *T*  = núcleo da categoria Tempo e  *ℑ*  (Th, para os autores) = classe verbal. Na representação morfológica, são inseridos os morfemas de  *Agr.*  e de  *ℑ* .



Considerando apenas o paradigma do pretérito imperfeito, destacamos, entre os IVs relacionados pelos autores como pertinentes à formação da flexão verbal no português, as marcas de pessoa, além da alomorfia para a desinência modo-temporal desse paradigma, para a qual a língua disponibiliza os alomorfes /va/ e /ia/. Em (27), os IVs relevantes:

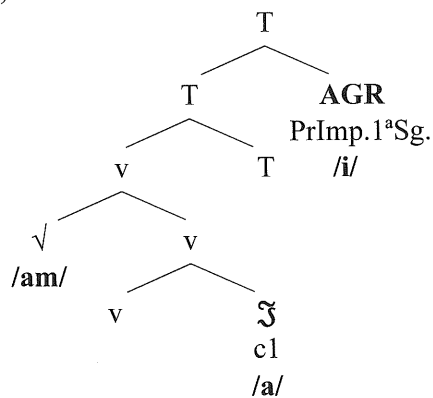
- (27)
- a. /va/ ↔ [PrImp.] / [c1]
  - b. /ia/ ↔ [PrImp.] / [c2/3]
  - c. /o/ ↔ [Pres., 1ªSg.]
  - d. /i/ ↔ [1ªSg.]
  - e. /mos/ ↔ [1ªPl.]
  - f. /a/ ↔ [c1]

A estrutura em (26), usada para representar as formas do paradigma de pretérito imperfeito, resulta em algo como (28)a e nos orienta a inserir dois morfemas para realizar os traços de  *T*  e  *Agr.*  na EM. Sendo  *amava*  a forma relevante para a primeira pessoa do singular, os autores são levados a sugerir que há fusão entre os núcleos  *T*  e  *Agr.* , como em (28)b. Dessa operação resulta um nó que contém, ao mesmo tempo, os seguintes valores para os traços de Tempo, Pessoa e Número: [PrImp.1ªSg.].



Entre as formas disponíveis em (27), o princípio do subconjunto indicaria o IV em (d) /i/ ↔ [1ªSg.] para o preenchimento do nó [PrImp.1ªSg.], resultante da operação de fusão. No entanto, isso geraria a forma inesperada  *amai*  para a 1ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do verbo  *amar* , como se vê em (29):

(29) *amai*

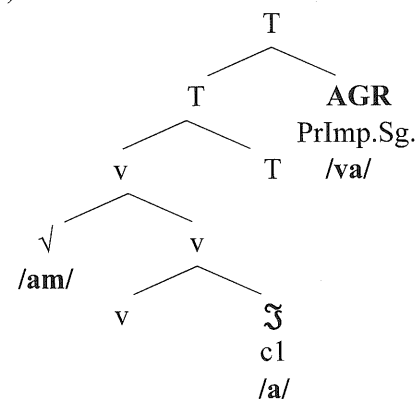


Os autores assumem, então, a regra de empobrecimento em (30), que apaga o traço de pessoa nas formas de singular do pretérito imperfeito dos verbos de classe 1, ou seja, nas formas em que o traço de classe coocorre com o traço [PrImp.]:

(30)  $\sqrt{[1^a, 2^a, 3^a]} \rightarrow [1^a, 2^a, 3^a]$  em EM / [PrImp.Sg.c1].

A aplicação dessa regra de empobrecimento torna impossível a inserção do IV em (27)d, mas permite, ao mesmo tempo, a inserção de outro IV compatível com o nó [PrImp.1ªSg.]: trata-se do IV em (27)a:

(31) *amava*



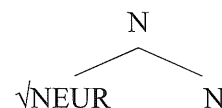
Associado à fonologia da raiz /am/ e do sufixo temático adequado para c1 /a/, o IV em (27)a resultará na forma flexional esperada *amava*.

A operação de empobrecimento também pode ser ilustrada em um contexto derivacional, que cria formas truncadas como *neura*, correspondente, mas não sinônima, de *neurose* em PB. De modo geral, percebe-se, nesse tipo de forma truncada, uma

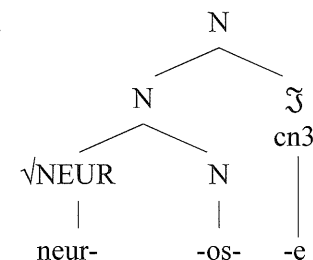
leitura apreciativa que dá um caráter informal e bastante familiar à expressão. Essa leitura fica bem evidente em exemplos como *Tá de brincs!*, para *Tá de brincadeira!* e *Tou de bobs...*, para *Tou de bobeira...*, ou, mais evidente ainda, quando se usam formas truncadas em apelidos, como *Renas*, para *Renato*, e *Papis*, para chamar o cachorrinho cujo nome é *Papiro*.

Scher (2016) assume que as representações em (32)a,b e (33)a,b sejam, respectivamente, as estruturas sintáticas e morfológicas para a forma plena – *neurose* – e para a sua forma truncada correspondente – *neura*.

(32) a.



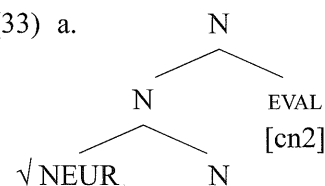
b.



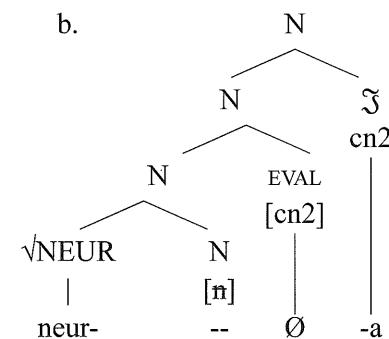
A estrutura em (32)a representa o passo sintático de categorização da raiz na formação da palavra *neurose*. Na derivação morfológica, como se vê em (32)b, um núcleo ℑ para o sufixo temático nominal é inserido na derivação para satisfazer requisitos de boa formação de palavras, específicos do PB, que não suporta uma forma como *neuros*, com o significado de *neurose*. No caso de classes não verbais, esse núcleo poderá ser preenchido com os traços [cn1], [cn2] ou [cn3] (cf. Alcântara, 2010), indicativos das classes nominais do PB. Nenhuma outra operação modifica a representação da forma plena e a inserção de vocabulário pode ocorrer como em (32)b.

As estruturas sintática e morfológica em (33), que representam a forma truncada *neura*, diferem das estruturas correspondentes à derivação da forma plena *neurose* por envolverem a presença da categoria [EVAL], uma categoria avaliativa, responsável pela leitura apreciativa que se tem na forma truncada.

(33) a.



b.



[EVAL] não substitui o núcleo N, responsável pela categorização da raiz e pela definição do significado da palavra e no caso de *neurose* e no caso de *neura*. Essa categoria apenas adiciona ao significado de *neura* a leitura apreciativa e, por hipótese, é compatível com os traços de [cn2]. Assim, na EM, em (33)b, ocorre a inserção do morfema de classe  $\mathfrak{J}$  para o sufixo temático nominal, que vai exibir os traços de [cn2] por causa de [EVAL] e, antes que a inserção de vocabulário tenha lugar, uma regra de empobrecimento como (34) apaga o traço [n] na categoria N. De acordo com essa regra, esse apagamento deverá ocorrer sempre que o traço [n] estiver na presença do núcleo [EVAL]:

(34)  ${}_N[n] \rightarrow [\mathfrak{N}]$  em EM / [EVAL].

É importante ressaltar que o traço [n] apagado pela regra de empobrecimento já desempenhou seu papel na sintaxe, quando ele definiu a classe gramatical da palavra em formação como um nome (N). Dessa forma, seu apagamento no componente morfológico não afeta a definição da categoria da palavra: ela continua sendo um nome. Entretanto, uma vez que o traço [n] é apagado na presença de [EVAL], na inserção de vocabulário, nenhum IV marcado com esse traço será um candidato legítimo para inserção no nó terminal onde tiver ocorrido o apagamento. Em outras palavras, IVs tais como [os] em (35)a, por exemplo, inicialmente compatíveis com uma representação como (32)b, contêm um traço que não está mais presente no nó terminal correspondente ao morfema abstrato N na estrutura da forma truncada em (33)b. Nenhum IV será, portanto, inserido no núcleo N. [EVAL], por sua vez, será preenchido com um IV nulo, como descrito em (35)b e o sufixo temático nominal, que tem o traço [cn2] será preenchido pelo IV em (35)d.

- (35) a. [-os-]  $\rightarrow$  [n]  
 b.  $\emptyset$   $\rightarrow$  [EVAL]  
 c. [-o]  $\rightarrow$  [cn1],  
 d. [-a]  $\rightarrow$  [cn2],  
 e. [-e]  $\rightarrow$  [cn3]

Vimos, assim, exemplos de três operações morfológicas sendo aplicadas a estruturas sintáticas em MD: inserção de morfemas, fusão e empobrecimento. Como tais operações não têm efeito na sintaxe, para alguns autores elas têm caráter ornamental, já que se destinam somente a satisfazer condições de boa formação, sejam elas de caráter universal ou particulares para cada língua. Entretanto, cabe notar que, apesar de não serem operações sintáticas e de não terem efeito na sintaxe, essas

operações se assemelham às operações sintáticas propriamente ditas ao se aplicarem a uma estrutura hierárquica formada pela sintaxe e por respeitarem os limites dessa estrutura. Dessa forma, pode-se dizer que estamos diante de estruturas sintáticas também no componente morfológico da arquitetura da gramática prevista pela MD, de onde tiramos a terceira propriedade do modelo que diz que só há *estruturas sintáticas em toda a derivação*.

## LIMITAÇÕES DO MODELO

Até o momento, descrevemos a MD, em suas características mais relevantes e procuramos oferecer ao leitor uma demonstração desse modelo em funcionamento. Trata-se de uma proposta muito interessante, capaz de dar conta de processos distintos de formação de palavras de uma maneira extremamente elegante, em que apenas um componente gerativo da arquitetura da gramática é capaz de explicar a formação de palavras e de sentenças por meio dos mesmos mecanismos.

No entanto, embora já haja esforços bastante significativos nesse sentido, os processos morfológicos que as teorias morfológicas costumam chamar de “morfologia não concatenativa” ainda requerem uma atenção especial do modelo. Trata-se de processos tais como os de formação de hipocorísticos (*Leo // Leonardo*), de formas truncadas (*hidro // hidrogenástica; biju // bijuteria; neura // neurose; bobs // bobeira*) e de *blends* (*apartamento // apartamento apertado*). Entre esses, casos como *neura // neurose*, ou *cerva // cerveja* vêm sendo estudados por mim e têm recebido um tratamento que sugere a formação desse tipo de palavras a partir de uma raiz, nos moldes do exemplo de formação de *neura* discutido na seção anterior.

Por sua vez, casos como a formação de *blends* foram discutidos por Minussi e Nóbrega (2014) e Nóbrega e Minussi (2015), que ofereceram uma análise em termos do acesso da enciclopédia (lista 3) ao componente morfológico. De acordo com os autores, “esse acesso desencadeia i) o apagamento de segmentos fonológicos presentes nos IVs, ii) a sobreposição de segmentos fonológicos idênticos, ou iii) a substituição de um IV por outro a partir da avaliação dos traços enciclopédicos presentes na lista 3.” Os autores identificam três tipos diferentes de *blends*, a saber: i) os *blends* fonológicos (em que há a presença de um ou mais segmentos fonológicos idênticos sendo sobrepostos, e.g., *roubodízio* < *roubo* + *rodízio*), ii) os *blends* morfológicos (em que não há sobreposição de segmentos, e ambas as palavras-fontes são truncadas, e.g., *cariúcho* < *carioca* + *gaúcho*) e iii) os *blends* semânticos (em que há uma reanálise semântica de um conjunto de segmentos fonológicos de uma das palavras-fontes, e.g., *madrasta*  $\rightarrow$  /má/ >  $\sqrt{\text{boa}} \rightarrow$  *boadrasta*). Para eles, todos os tipos de *blends* resultam de um *input* enciclopédico e suas diferenças superficiais

decorrem da presença ou não de segmentos fonológicos idênticos. É essa propriedade dos *blends* que os leva a assumir a influência da enciclopédia – nosso conhecimento de mundo – no preenchimento dos nós terminais gerados pela sintaxe, sugerindo que o *input* para os casos de uma clara interface sintaxe-pragmática, especificamente no que compete a questões estilísticas, é resultado de uma visada enciclopédica no componente morfológico da gramática. O resultado disso será a sobreposição ou apagamento de segmentos fonológicos dos IVs inseridos nos nós terminais (como se vê nos *blends* fonológicos e morfológicos) ou a troca de um IV por outro (como se vê nos *blends* semânticos). Logo, com um *input* semântico-enciclopédico, a sobreposição de segmentos fonológicos será um epifenômeno e não um ponto de partida para a formação dos *blends*.

São propostas interessantes, que ganham espaço no modelo e que, certamente, apresentam sua contribuição para eliminar, gradativamente, o que ainda se vê como uma limitação do modelo, nomeadamente, o pouco uso que tem sido feito dele para o tratamento de casos de morfologia não concatenativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresentou, portanto, algumas das propriedades do modelo da MD. Trata-se de um modelo caracterizado, principalmente, por três propriedades centrais: inserção tardia, subespecificação e sintaxe em toda a derivação. Contrariando a hipótese lexicalista que assume módulos diferentes para a derivação de palavras e de sentenças e, por conseguinte, depende de uma divisão clara de trabalho entre a sintaxe e a morfologia, a MD, uma hipótese não lexicalista para os estudos da linguagem, toma a palavra como um objeto derivacional não privilegiado. Em outros termos, não se concebe a existência de um mecanismo especial, destinado à formação de palavras e distinto do mecanismo que forma sentenças. Esse modelo assume que todos os objetos complexos derivam do mesmo sistema gerativo – a sintaxe – e, dessa forma, prevê uma interface transparente e direta para os componentes sintático e morfológico.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Devo agradecer aos membros do Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída da USP – GREMD – e aos colegas Esmeralda Vailati Negrão e José Luiz Fiorin, pela leitura atenta de versões preliminares deste texto e pelos comentários e sugestões que me apresentaram. Em grande parte, essas sugestões me levaram à presente versão deste capítulo, que tem, certamente, menos problemas que as outras. As questões remanescentes são de minha responsabilidade.
- <sup>2</sup> Veja também Harley e Noyer (1999), Lemle et al. (2012), Scher et al. (2013) e Scher (2015) para outras apresentações do modelo.
- <sup>3</sup> Quanto ao sistema C-I, embora não se reserve, neste capítulo, o espaço adequado para uma discussão a seu respeito, assumimos que ele será alimentado e instruído de modo paralelo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, Cíntia da C. *As classes formais do português e sua constituição: um estudo à luz da teoria da morfologia distribuída*. Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado) – PUCRS.
- \_\_\_\_\_. “As classes formais do português brasileiro”. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, 45(1), 2010, pp. 5-15.
- ANDERSON, Stephen R. *A-Morphous Morphology*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- ARONOFF, Mark. “Morphology by Itself: Stem and Inflection Classes”. *Linguistic Inquiry Monograph Series*. v. 22. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- BASSANI, Indaiá de Santana; LUNGUINHO, Marcus Vinícius. “Revisitando a flexão verbal do português à luz da Morfologia Distribuída: um estudo do presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo”. *ReVEL*. Edição especial, n. 5, 2011.
- BEARD, Robert. *Lexeme-Morpheme Based Morphology: a General Theory of Inflection and Word-Formation*. Albany: State University of New York Press, 1995.
- BONET, Eulalia. *Morphology After Syntax: Pronominal Clitics in Romance*. Cambridge, MA, 1991. Tese (Ph.D.) – MIT.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- \_\_\_\_\_. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. Minimalist Inquiries: the Framework. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (eds.) *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, pp. 89-155.
- EMBICK, David; NOYER, Rolf. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In: RAMCHAND, Gillian; REISS, Charles (eds.) *The Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 289-323.
- HALLE, M. Distributed Morphology: Impoverishment and Fission. In: BRUENING, Benjamin; KANG, Yoonjung; MCGINNIS, Martha (eds.) *PF: Papers at the Interface: MIT Working Papers in Linguistics*. 30, 1997, pp. 425-49.
- \_\_\_\_\_; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993, pp. 111-76.
- HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. “State-of-the-Article: Distributed Morphology”. *Glottol*. 4.4: 3-9, 1999.
- LEMLE, Miriam; SCHER, Ana Paula; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; MEDEIROS, Alessandro Boechat de. “A Morfologia Distribuída no Brasil: duas décadas de existência”. *Revista Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 20, n. 2, jul./dez. 2012, pp. 141-82.
- LIEBER, Rochelle. *Deconstructing Morphology: Word Formation in Syntactic Theory*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1992.
- MINUSSI, Rafael; NÓBREGA, Vitor. “A interface sintaxe-pragmática na formação de palavras: avaliando os pontos de acesso da Enciclopédia na arquitetura da gramática”. *Veredas: sintaxe das línguas brasileiras*. v. 18/1, 2014.
- MIOTO, Carlos et al. *Novo manual de sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.
- NÓBREGA, Vitor; MINUSSI, Rafael. “O tratamento da morfologia não concatenativa pela Morfologia Distribuída: o caso dos *blends* fonológicos”. *Revista Letras Curitiba*. 91, jan./jun., 2015, pp. 158-77.
- SCHER, Ana Paula. “Concatenative Affixation in Brazilian Portuguese Truncated Forms”. *Glow in Asia IX, 2013, Tsu City - Japão. Proceedings of the Glow in Asia IX 2012: the Main Session*. Tsu City: Mie University, 2013, pp. 261-70.
- \_\_\_\_\_. “ReVEL na escola: Morfologia Distribuída”. *ReVEL*. v. 13, n. 24, 2015.
- \_\_\_\_\_. A Study of Truncated Nominal Forms in Brazilian Portuguese: Their Derivation and Their Relation to Non-Verbal Form Classes. In: KATO, Mary, A.; ORDÓÑEZ, Francisco (eds.) *Morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- \_\_\_\_\_; BASSANI, Indaiá de Santana; MINUSSI, Rafael Dias. “Morfologia em Morfologia Distribuída”. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, n. 47, jan./jun. 2013, pp. 9-29.